

O PAÍS QUE OS BRASILEIROS MERECEM



Nova legislação contra o crime organizado

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (EtcO) questionou os cinco presidentiáveis mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto sobre formas de combater o comércio ilegal e seus reflexos na criminalidade. A série com as respostas começou ontem, com o tema recursos. Hoje, os candidatos respondem sobre legislação. A série vai até sexta-feira

AS PERGUNTAS DE HOJE

- 1 Um dos principais problemas do comércio ilegal no país é a posição do Paraguai, um polo produtor e distribuidor desses produtos na região do Cone Sul. Pretende fortalecer a atuação integrada dos Ministérios de Relações Exteriores e das Instituições Aduaneiras dos países que fazem fronteira com o Brasil a fim de estimular políticas e ações coordenadas para o combate ao crime transnacional?
- 2 Caso eleito/eleita, irá promover uma revisão do papel das agências regulatórias para que elas possam harmonizar as relações no mercado e combater a venda de produtos ilegais?
- 3 Apoiar a ideia de revisão da legislação existente e priorização na aprovação de leis voltadas para o efetivo combate ao crime organizado, que contenha itens como os seguintes:
 - Penas com rigor adequado e regime de cumprimento eficaz;
 - Medidas processuais e investigativas que confirmem celeridade à resolução de crimes;
 - Cumprimento de regulamentos técnicos;
 - Garantia de defesa dos direitos de propriedade intelectual;
 - Destinação dos recursos e bens apreendidos para aparelhamento das polícias

1 CIRO GOMES

O candidato afirmou em sabatina: “Defendo que se dê conteúdo prático ao Sistema Único de Segurança Pública, pois ele foi criado por Lei, mas sem a previsão de orçamento. Defendo também o empoderamento da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), que deve ter orçamento compatível. O Brasil perdeu o controle, está dominado pelo crime organizado, cujas facções estão basicamente sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro e que se espalhou pelo Brasil em uma disputa pelo território de comando do narcotráfico. Como presidente da República, quero assumir a responsabilidade, desde a investigação até a segregação em prisões federais, de temas relacionados ao crime organizado, ao narcotráfico, às facções criminosas, aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro.”

FERNANDO HADDAD

“A atuação integrada é pressuposto para a efetividade na prevenção e repressão aos ilícitos, sobretudo os de caráter transnacional, e deve ser fortalecida. Quanto à posição do Paraguai ou de qualquer outro país, entendemos a necessidade de integração regional para que, além da integração dos órgãos internos, possamos fortalecer a cooperação com as autoridades de países vizinhos para o controle, a fiscalização, a prevenção e a repressão aos ilícitos.”

GERALDO ALCKMIN

“Vamos ampliar o esforço diplomático e de assistência internacional aos países vizinhos em matéria jurídico-policial, com base nos tratados e convenções de organizações multilaterais como ONU, Interpol e OEA. É preciso empregar a nossa diplomacia para trabalhar com os países vizinhos e combater o contrabando e o tráfico de armas e de drogas que passam pelas nossas fronteiras.”

JAIR BOLSONARO não respondeu.

MARINA SILVA

“Sim, sem dúvida. A política externa deve servir também para a busca de respostas coletivas da comunidade internacional aos desafios do mundo

de hoje, como a mudança do clima e o crime transnacional.”

2 CIRO GOMES

“As agências reguladoras deverão voltar a fiscalizar e regular de forma adequada. Isso inclui o combate à comercialização de produtos ilegais. Há um projeto de lei que visa ao aprimoramento do funcionamento das agências reguladoras.”

FERNANDO HADDAD

“O enfrentamento de práticas ilegais também implica a construção de espaços para pactuar agendas entre os agentes de mercado e os de órgãos públicos. Nosso governo investirá no diálogo com vistas a incrementar medidas que tragam maior efetividade para a ação estatal. O papel das agências pode e deve ser constantemente aperfeiçoado, mas o importante é o fortalecimento das ações de fiscalização.”

GERALDO ALCKMIN

“No nosso governo, as agências reguladoras serão independentes e gerenciadas tecnicamente, ou seja, completamente despolitizadas. Vamos aumentar a competição do sistema econômico como um todo por meio da ação das agências reguladoras, da abertura ao comércio exterior e da utilização de novas tecnologias.”

MARINA SILVA

“Sim, temos o compromisso de fortalecer as agências reguladoras, conferindo a elas maior autonomia administrativa, decisória e financeira; e dotando-as de equipes técnicas de alta credibilidade, com profissionais escolhidos por processo de seleção meritocrático, sem indicações e interferências políticas.”

JAIR BOLSONARO não respondeu.

3 CIRO GOMES

Em sabatina, o candidato afirmou: “O Brasil está com 760 mil pessoas presas. Quase 400 mil delas são jovens apreendidos com pequenas quantidades de droga. Não são usuários, são pequenos traficantes, o que eles chamam ‘avião’ nas periferias do Brasil. Essa é uma política absolutamente

errada, porque, assim que entram [na cadeia], eles são obrigados a se filiar a uma facção criminosa, sob pena de morte ou de estupro já naquela primeira noite. Podemos adotar a política de Portugal, com penas alternativas para o pequeno distribuidor de droga e deixar a cadeia para facções criminosas, crimes letais etc.”

FERNANDO HADDAD

“É preciso promover o aperfeiçoamento permanente do Estado para o combate ao crime organizado. As penas devem ser adequadas e proporcionais ao crime cometido, as medidas investigativas e processuais devem ser céleres, desde que respeitado o devido processo legal. O uso pelas polícias de bens apreendidos já é permitido no caso da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) e da Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013). A fórmula de uso e destinação dos bens será aperfeiçoada, respeitados os limites das próprias legislações, para que os bens sejam de uso efetivo e eficaz do serviço público prestado.”

GERALDO ALCKMIN

“Vamos apoiar uma ampla revisão da Lei de Execução Penal para tornar mais difícil a progressão de penas para os infratores que tenham comprovada participação em grupos criminosos, além de aumentar o número de prisões federais para abrigar lideranças do crime organizado. O governo federal vai trabalhar com os estados e municípios para a construção de um sistema único de segurança pública. Afinal, é preciso, como já disse Rudolph Giuliani, que sejamos mais organizados do que o crime organizado.”

JAIR BOLSONARO não respondeu

MARINA SILVA

“Sim, temos um compromisso central com o combate ao crime organizado. Defendemos coibir de modo efetivo a lavagem de dinheiro e os circuitos financeiros do crime organizado no Brasil e no exterior. E criaremos, um conselho que articulará os diversos órgãos de inteligência estaduais e federais com foco no crime organizado e em suas dinâmicas interestaduais e transnacionais.”